

Introdução

O Rio de Janeiro é uma cidade cuja dinâmica espacial se difere da maioria dos municípios brasileiros. Nesta metrópole, as favelas estão espalhadas por todos os lugares, seja muito perto de locais ricos ou afastadas nas áreas popularmente chamadas de "subúrbios". Nem todos os municípios brasileiros repetem esta mesma lógica, e em muitos há uma separação espacial entre lugares com diferentes graus de estratificação socioeconômicos. Por décadas, as favelas foram identificadas como espaços pobres e violentos e, portanto, segregadas dos outros bairros através de diversas fronteiras simbólicas, que impediam uma real integração.

Atualmente, o panorama mudou. Com o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), muitas comunidades ganharam policiamento permanente, o que reduziu o controle armado de grupos criminosos, como a milícia ou o tráfico de drogas. Embora a maioria das favelas ainda não tenha sido contemplada com a medida, é inegável que esta política pública trouxe impactos, tanto para os moradores dos locais que receberam as UPPs, quanto, principalmente, para a sociedade carioca de uma maneira geral.

No entanto, há um ponto ainda pendente na discussão sobre as iniciativas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos moradores de favelas: a questão dos direitos. Muito embora a segurança pública seja um deles, é inviável que as políticas públicas apenas foquem neste aspecto, não levando em conta o acesso a serviços básicos que a população residente nestes lugares deveria obter, mas não obtém ou os recebe com qualidade precária. A razão e as origens deste cenário é a motivação primeira da presente dissertação.

O trabalho procura investigar os impactos dos projetos governamentais na afirmação dos direitos, sejam eles relativos à regulamentação de propriedades ou à melhoria da qualidade dos serviços, como a coleta de lixo ou a existência de esgoto tratado, por exemplo. Postula-se aqui a premissa de que há obrigação por parte do governo em promover projetos que tragam resultados positivos para os moradores de favelas. Não apenas a curto prazo, mas também pensando nas consequências deixadas para outras gerações e para a cidade como um todo.

Para tanto, a dissertação é dividida em três capítulos, a fim de produzir conteúdo substantivo para a conclusão, em que serão analisados os impactos propriamente ditos. O primeiro dá conta de explicar o que é favela. Primeiramente, é essencial que se defina o objeto de estudo. Por isso, o capítulo se inicia com uma discussão sobre as representações e imagens confeccionadas sobre as favelas, a fim de apontar qual o cenário existente nas comunidades cariocas atualmente. As favelas estão em constante mutação, e é importante compreender quais são as mudanças em curso. A posteriori, é apresentado um histórico do surgimento das favelas, contando com breves explicações sobre algumas políticas públicas aventadas durante os mais de 100 anos de aparecimento das mesmas. Por fim, é essencial explicar as origens e modos de atuação das duas modalidades de quadrilhas organizadas que controlavam (e ainda controlam) estas áreas. Então, há um subtópico dedicado à análise das ações de narcotraficantes e outro destinado a explicar as diretrizes das milícias.

Já o segundo capítulo possui como objetivo definir a ideia de política pública, postulando seus principais objetivos e também as etapas necessárias para a realização da mesma. É importante também diferenciar o que são e representam ações pontuais de intervenção em territórios, como por exemplo as operações do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) nas favelas, de um projeto governamental, que conta com planejamento e análise de impactos. Muito embora toda medida efetuada gere consequências, o que esta dissertação pretende analisar são os resultados das políticas públicas, não de ações randômicas que não contam com diretrizes definidas. Estas devem integrar um objetivo maior, para que sejam contribuições, e não desperdício de tempo e recursos.

Neste mesmo capítulo, é elaborada uma reflexão sobre a relação entre a população e as políticas públicas postuladas pelo governo para os moradores de favelas. A intenção é mostrar se há (ou não) canais abertos para a participação, e como os mesmos funcionam. É pertinente ressaltar que as ações governamentais devem estar alinhadas com as demandas e necessidades das pessoas, e, para tanto, a consolidação de uma relação de confiança e diálogo entre o poder público e o povo é fundamental.

Por fim, ainda no segundo capítulo, é realizada uma análise sobre as UPPs, elencando seus principais objetivos, a origem de sua formulação, consequências e questões e problemas que podem ser identificadas até o presente momento. São utilizados depoimentos colhidos em trabalho de campo e também os resultados de pesquisas já finalizadas. Ao se fazer um balanço preliminar do projeto das UPPs, é notável a existência de desafios de diversas naturezas permeando a política pública. Portanto, se faz necessário um debate sobre os mesmos, a fim de diagnosticar possíveis caminhos para a melhoria do projeto.

No terceiro capítulo, é abordado o tema dos direitos dentro das favelas cariocas. A formulação de políticas públicas muito implica neste aspecto, pois é de alçada do governo prover serviços públicos de qualidade e implementar medidas que tentem suprir o vácuo e a ineficiência histórica que o Estado promoveu nestes espaços.

Obviamente, em locais do Rio onde o poder público exerceu uma presença maior, o processo de normatização e a aplicação das leis aconteceram de maneira diferente. Então, no primeiro tópico do capítulo, são investigados estes contrastes e os seus reais impactos na organização das práticas sociais dos moradores de favelas. Através de uma discussão que envolve os efeitos da regularização fundiária, se pretende questionar qual o real papel das leis e do Estado nestes espaços- e a quem interessa que as favelas possuam normas.

Nos dois outros tópicos que compõem o capítulo, é abordada a situação dos serviços básicos oferecidos pelo governo nas favelas e o processo de “enobrecimento” que ocorre atualmente nos territórios em que a UPP está presente. A primeira análise objetiva oferecer um panorama da precariedade de acesso a direitos enfrentada pelos moradores de favelas no passado, e como esta questão está sendo tratada pelo poder público nos dias de hoje. Ademais, é profícuo investigar as consequências que a privação ou a má qualidade de serviços possa vir a causar nas pessoas deixadas à margem destes acessos.

Já no quarto e último tópico, o debate versa em torno de um dos temas que mais têm sido levantados por pesquisadores que estão estudando as UPPs: o direito à cidade. Na medida em que as favelas contempladas com o projeto se

tornam mais seguras, também começam a atrair investimentos imobiliários e os preços de compra, venda e aluguel das propriedades sofre vertiginoso aumento. A regularização de serviços como água, luz, TV a cabo e Internet, que antes eram oferecidos de modo ilegal, por vezes ganham um custo que muitos moradores não podem arcar. Este processo é denominado “enobrecimento” ou “gentrificação” e estudar o fenômeno ajuda a levantar problemáticas em torno da questão do direito à cidade.

Por fim, a conclusão é dividida em duas partes. A primeira é dedicada à análise dos impactos – que já podem ser observados - das políticas públicas na arena dos direitos. Portanto, tratará mais sobre projetos governamentais que já foram concluídos, e cujos resultados já estão visíveis para o trabalho do pesquisador. O segundo tópico pretende apontar quais os impactos das políticas públicas que estão sendo implementadas nos dias de hoje, com especial destaque para as UPPs. Estas consequências ainda se encontram em processo de avaliação, por isso talvez será mais complicado indicá-las. No entanto, a pesquisa apresentará questionamentos em aberto, o que poderá servir como sugestão para estudos futuros.